



O DISCURSO ACERCA DA SEXUALIDADE NOS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS: NORMATIZAÇÃO A SERVIÇO DA CONTEÇÃO DA SEXUALIDADE

Dayenne Karoline Chimiti¹; Eliane Rose Maio Braga²; Alex Gallo³

Resumo: Para o Parâmetro Curricular Nacional (PCN) que enfoca a orientação sexual, a escola deve introduzir e transmitir um conhecimento planejado, organizado e sistematizado multidisciplinarmente a fim de ampliar as informações da criança acerca da sexualidade. Nesse sentido, o documento afirma que as disciplinas de Educação Física e Ciências oferecem temática e ambiente propícios a consecução da proposta. Partindo destes pressupostos, o objetivo deste trabalho é de traçar uma discussão que analise as propostas contidas nos PCNs de Orientação Sexual, Educação Física e Ciências, sua possível inter-relação e concretização. Para que se alcancem os objetivos, utilizar-se-á como metodologia a análise do discurso, com ênfase nas relações de poder em torno da sexualidade, instituídas no campo escolar. Ante o exposto, conclui-se que os PCNs analisados procuram, pela colocação da sexualidade em discurso, fomentar uma forma sutil de controle sobre os indivíduos, utilizando-se de mecanismos e práticas que visam produzir sujeitos autodisciplinados, no que se refere a sua individualidade sexual.

Palavras –chave: PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS, ORIENTAÇÃO SEXUAL, EDUCAÇÃO.

INTRODUÇÃO

Entende-se a sexualidade como constituinte das relações humanas que é construída ao longo da vida através de suas interações, inicialmente no âmbito familiar e continuamente com o meio social, escola, livros, mídia, entre outros contribuintes (SAYÃO, 1997). A forma pelas quais estes conteúdos são apreendidos pela criança nem sempre é adequada. Assim, cabe a escola, introduzir e transmitir um conhecimento planejado, organizado e sistematizado a fim de ampliar os conhecimentos da criança acerca da sexualidade. Nesse sentido entende-se que o trabalho a ser realizado na escola trata-se de Orientação Sexual.

A Orientação Sexual no Brasil ficou marcada por diferentes momentos de sua história⁴, no entanto ressalta-se a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases n°. 9.394 em 1996 e o estabelecimento dos Parâmetros Curriculares Nacionais (1997) como marcos que possibilitaram um reconhecimento oficial da Orientação Sexual e sua necessidade e importância enquanto ação educativa no interior da escola.

A esse respeito Ribeiro (1995) entende que a criação da nova LDB e dos PCNs foram fundamentais para atender as necessidades dos alunos, professores e envolvidos no contexto escolar no que se refere a Orientação Sexual possibilitando um tratamento mais crítico e eficaz.

¹ Acadêmica do Curso Psicologia.CESUMAR, Maringá – PR. Bolsista do Programa de Bolsas de Iniciação Científica do PIBIC/CNPq-Cesumar (PIBICcesumar). daypsico@pop.com.br.

² Prof. da Universidade Estadual de Maringá, Mestre em Educação.

³ Prof. do Centro Universitário de Maringá, Doutor em Psicologia.

⁴ Ver Os Momentos Históricos da Educação Sexual no Brasil (1995)

O PCN, volume 10, responsável por tratar como tema transversal a Orientação Sexual, tem como pressuposição um trabalho multidisciplinar que possa envolver toda a área educativa, inclusive a Educação Física e Ciências. Deste modo, pretende-se traçar uma discussão que analise as propostas contidas nos PCNs de Orientação Sexual, Educação Física e Ciências, sua possível inter-relação e concretização.

Para que se alcancem os objetivos propostos utilizar-se-á como metodologia a análise do discurso com ênfase nas relações de poder em torno da sexualidade, instituídas no campo escolar. Assim, procura-se desvelar o caráter repressivo e normatizador contido na tentativa de pedagogização do sexo da criança propalada por meio dos PCNs de Orientação Sexual, Educação Física e Ciências.

DISCUSSÃO

O PCN trata a Orientação Sexual como tema transversal e entende a sexualidade como expressão cultural com as dimensões biológica, psíquica e sociocultural. Partindo destes pressupostos, erige, em um documento específico intitulado “Orientação Sexual”, o trabalho a ser realizado de forma sistemática e sistematizada com a finalidade da promoção da saúde e de ações educativas/preventivas para o combate às doenças sexualmente transmissíveis, como a AIDS.

A definição exposta, nesse texto, tem um encaminhamento no âmbito pedagógico e coletivo, com objetivos de informar e discutir tabus, preconceitos, crenças e atitudes apresentadas pela sociedade, contando, para tanto que o professor se dispa de seus conceitos prévios. Seus idealizadores acreditam que esse trabalho servirá para preencher lacunas nas informações e conteúdos trazidos pelas crianças.

Vale ressaltar que, como tema transversal (deva ser contemplados pelas diversas áreas do conhecimento), o professor será o responsável pela mediação desse conteúdo. Para isso o PCN versa sobre a necessidade do educador se preparar, tendo acesso à formação específica e apoio constante para tratar da sexualidade com consciência e aporte teórico.

Para a disciplina de Educação Física a Orientação Sexual tem um espaço privilegiado de discussão e intervenção pedagógica. Portanto, essa área escolar destaca o “uso do corpo” e a tematização da “cultura corporal” como atributos facilitadores da transmissão de conhecimentos sobre o corpo, relações de gênero e interações com a sexualidade.

Embora, a disciplina desponte como “ambiente prazeroso” de convívio com o corpo e de desabrochar de relações de gênero, mantém-se um discurso autoritário e conservador que põe ênfase no autocuidado, na disciplinarização dos sujeitos e na conseqüente regulação de sua sexualidade de acordo com normas de prevenção de doenças e manutenção da saúde.

Na mesma linha de pensamento, o PCN de Ciências, apesar de tratar de conteúdos relacionados à reprodução humana, apresenta um espaço resumido para a temática da Orientação Sexual e a aborda sob uma ótica organicista que reduz, ainda mais, a visão proposta pelo PCN de Orientação Sexual.

Estas exposições vêm marcadas com um discurso naturalista e normalista da sexualidade. Assim, ela é vista sob o ponto de vista biológico, atrelada às funções hormonais. Confirmando esta assertiva, vê-se que apesar do PCN contemplar comportamentos diversificados da sexualidade, não se problematiza a categoria sexualidade sob o ponto de vista de sua constituição histórica, da mesma forma que em relação a outras categorias, como homossexualidade e heterossexualidade.

Outro ponto questionável é a mensagem de prevenção e promoção da saúde carregada por uma bandeira em prol de uma sexualidade ligada à vida e ao prazer. Nota-se este aspecto, também, na divisão didática dos conteúdos contemplados no PCN, uma

vez que se coloca em um mesmo capítulo a sexualidade “livre” de preconceitos e tabus e a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, implicando em uma associação direta entre sexualidade e doença.

Seguindo este pensamento buscou-se em Altmann (2001, p. 45) a caracterização desse constructo normatizador no interior escolar:

[...] através da colocação do sexo em discurso na escola, há um complexo aumento do controle exercido sobre os indivíduos, o qual se exerce não através de proibições, punições, mas através de mecanismos positivos de poder que visam a produzir sujeitos autodisciplinados no que se refere à maneira de viver sua sexualidade.

Ante o exposto, observa-se que os conteúdos propostos nos PCNs, contrariamente a ser um referencial fomentador, com sugestões abertas e flexíveis como se propõem, tendem a buscar através da Orientação Sexual uma educação para o autodisciplinamento da sexualidade dos educandos, a fim de estruturar comportamentos definitivos com a mentalidade e práticas preventivas.

CONCLUSÃO

Diante das considerações arroladas, reitera-se que, apesar, de um discurso, aparentemente, libertador a favor de uma sexualidade orientada pelo prazer os PCNs de Orientação Sexual, Educação Física e Ciências, vêm carregados com um conteúdo naturalista e normatizador, que entende a sexualidade sob o ponto de vista biológico, relegando sua constituição histórica e a diversidade das práticas sexuais.

Apesar da indicação das disciplinas de Educação Física e Ciências como portadoras de um ambiente favorecedor de experiência com o corpo e com a sexualidade, mantêm um discurso autoritário e conservador com ênfase no autocuidado e na disciplinarização da sexualidade.

Por fim, constata-se que os PCNs procuram, pela colocação da sexualidade em discurso, fomentar uma forma sutil de controle sobre os indivíduos, utilizando-se de mecanismos e práticas que visam a produzir sujeitos autodisciplinados no que se refere a sua individualidade sexual.

REFERÊNCIAS

ALTMANN, Helena. Orientação Sexual nos Prâmetros curriculares nacionais. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, 2001, v. 9 n. 2.

BRASIL. **Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: Lei 9394/96. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 1996.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: ciências. Brasília, DF: Secretaria de Educação Fundamental, 2000.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: educação física. Brasília, DF: Secretaria de Educação Fundamental, 2000.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: pluralidade cultural, orientação sexual. Brasília, DF: Secretaria de Educação Fundamental, 1997.

REIS, G. V.dos & RIBEIRO, P. R. M. Sexualidade e educação escolar: algumas reflexões sobre orientação sexual na escola. In: MAIA, A. C. B. & MAIA, A. F. **Cadernos CECEMCA**: Sexualidade e infância. Bauru: Faculdade de Ciências/UNESP; Brasília: Ministério da Educação, 2005, p.34-35.

RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal (org.). *Sexualidade e educação sexual*: apontamentos para uma reflexão. Araraquara: Cultura Acadêmica, 1995.

SAYÃO, Yara. Orientação sexual na escola: os territórios possíveis e necessários. In: AQUINO, Julio Groppa. **Sexualidade na escola**: alternativas teóricas e práticas. 3.ed. São Paulo: Summus, 1997a. p.107-118

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: orientação sexual. Brasília, DF: MEC/SEF, 1997.